

NOSSA AGECEF

O Jornal da Associação dos Gestores da Caixa - Bahia

Nº 39 - Novembro de 2017



Presidente: Antônio Vianna



Desmonte da Caixa não é bom para ninguém



A redução do quadro de empregados, o fechamento de agências, o corte de direitos, a queda na oferta de crédito minam o banco público e dificultam a vida do brasileiro, que se depara com sérias dificuldades para realizar os sonhos. Página 3





O RH 151, a ação judicial e a revogação

A direção da Caixa não perdeu tempo. Um dia antes da nova legislação trabalhista entrar em vigor revogou o RH 151, norma que garante a incorporação de função aos empregados com 10 anos ou mais em cargo de comissão. A medida é um desrespeito, inclusive, à Justiça. A 6ª Vara do Trabalho de Brasília havia emitido liminar

proibindo o banco de suspender o normativo.

Prevendo que a direção da empresa suspenderia o RH com a justificativa de se adequar à lei da reforma trabalhista, que em um dos seus itens acaba com a incorporação de função, a FENAG (Federação Nacional das Associações de Gestores da Caixa) ingressou com ação civil

coletiva, de natureza declaratória, no dia 7 de novembro.

No dia seguinte, ou seja, em 8 de novembro, a Justiça concedeu liminar determinando que a Caixa se abstinhasse de revogar a cláusula que garante o adicional de incorporação, até o julgamento definitivo da ação. Portanto, a medida do banco é arbitrária.

A batalha judicial continua. A intenção é garantir o direito adquirido dos empregados, conforme prevê a Súmula 372 do TST (Tribunal Superior do Trabalho), baseada em preceitos constitucionais. A AGECEF-BA (Associação dos Gestores da Caixa) confia no trabalho da Justiça e no respeito aos princípios da Constituição Federal.



Males da lei trabalhista

A Lei 13.467, que alterou profundamente a CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), entrou em vigor último dia 11 com aplausos apenas de um lado – o patronal. Proposta pelo governo de Michel Temer, rejeitada pela maioria da população e comemorada pelo grande empresariado, inclusive banqueiros, foi aprovada pelo Congresso Nacional em julho, pouco tempo depois da autorização da terceirização irrestrita.

O cenário criado com a reforma trabalhista é de perdas. Além de ficar praticamente impedido de recorrer à Justiça, o trabalhador está vulnerável diante do empregador que, com o respaldo da lei, pode impor o que quiser, a exemplo da ampliação da jornada sem aumento salarial.

Os problemas não param. A lei retira da definição de salário as gratificações, diárias para viagens e abonos, considerando apenas o salário contratual e as comissões. Mesmo que habituais, ajuda de custo, vale-refeição, diárias e abonos não integram a remuneração nem constituem base de cálculo para encargos trabalhistas.

Também limita o princípio da isonomia salarial, permite que trabalhadores de uma mesma empresa que exercem funções iguais, mas trabalham em locais distintos recebam remunerações diferentes. Um bom exemplo são os bancários. Empregados com a mesma função, mas que não estão alocados na mesma agência podem ter salário diferentes.



Saúde Caixa na mira

Não é só a Caixa que está na mira do governo. O plano de saúde também. A direção da empresa está empenhada em convencer os usuários de que são necessárias mudanças no atual modelo para garantir a sobrevivência do convênio. A proposta prevê um limitador para as despesas com o Saúde Caixa. O teto seria de 6,5% da folha de pagamento anual.

Pela regra atual, que tem vigência até o dia 31 de agosto de 2018, o banco arca com 70% os procedimentos assistências e os empregados com os 30% restantes. A mudança, na verdade, transfere os custos do plano para o usuário, que terá de pagar muito mais.

O objetivo do governo, segundo a Comissão Executiva dos Empregados, é reduzir as provisões que a Caixa é obrigada a fazer para cobrir despesas futuras com o plano de saúde. Assim, bilhões de reais seriam liberados para fortalecer a base de capital do banco.

A proposta apresentada pela instituição assegura o atual modelo até janeiro de 2019, sem aumento. Se compromete ainda em realizar a segregação contábil dos valores do plano e tornar o Conselho de Usuários mais efetivo na gestão do Saúde Caixa. Mas, na avaliação da CEE, o teto proposto pode representar grande aumento de custo.

Os trabalhadores também são contra o reajuste nas mensalidades, anunciado em janeiro deste ano. O aumento só não foi aplicado em decorrência das ações ingressadas pelas entidades representativas na Justiça, que garantiram a suspensão por meio de liminar.

Desmonte da Caixa é um boicote ao Brasil

Totalmente alheio aos reais interesses da sociedade, o governo de Michel Temer tem feito o que quer com o Brasil. Retira direitos, corta investimentos em áreas fundamentais para o crescimento, e entrega, um por um, o patrimônio nacional. Vendeu hidrelétricas, acabou com o pré-sal, anunciou a privatização

da Eletrobras e agora é a Caixa que pode parar no balcão de negócios.

Ao retornar com a política fracassada do governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), Temer e sua equipe econômica comandada pelo ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, entregam setores es-

tratégicos ao grande capital, prejudicando a economia, o desenvolvimento e o povo. A Caixa é um bom exemplo.

O banco 100% público é líder absoluto na concessão de crédito habitacional no Brasil, responsável pelo pagamento de bilhões de reais em benefícios de programas de inclusão social. Tem um papel fundamental no pagamento de direitos dos trabalhadores e benefícios da Previdência. Portanto, vender a instituição é uma ameaça real à soberania nacional.

Mas, tem muita empresa de olho nas "preciosidades" da Caixa. Para se ter ideia, a carteira imobiliária do banco registrou movimentação de R\$ 421,4 bilhões, dos quais R\$ 221,9 bilhões com recursos do FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço). Sem falar no lucro, R\$ 4,1 bilhões em apenas seis meses. Em contrapartida, foram fechadas 6.827 vagas decorrentes de dois planos de demissão voluntária.



Discretamente, banco é sabotado. Se ligue

A política de arrocho imposta pela direção da Caixa aos empregados e ao próprio banco é desconhecida da imensa maioria da sociedade brasileira. A cada dia, os bancários são surpreendidos com medidas novas e abusivas. Corte de função e, conseqüentemente de salário, redução do quadro de pessoal, fechamento de agências. Tudo isso compromete o atendimento e desgasta a imagem da instituição.

A toque de caixa, sem qualquer discussão com empregados e a sociedade, o governo decide reestruturar a empresa enxugando tudo, apesar de a Caixa não ter dado prejuízo nos últimos anos e dos funcionários atenderem milhares de contas

por cabeça.

Para se ter ideia, em junho o banco tinha 84,1 milhões de correntistas e poupadores. Mas o número de agências e postos de atendimento ficou estável em 4,2 mil. Já o de bancários que em 2014 chegou a ter 101 mil caiu para cerca de 87 mil.

Não precisa ser expert em matemática para concluir que a conta não fecha. É cliente demais para pouco empregado, o que, claro, diminui a qualidade do atendimento. Quer dizer, o governo Temer está sabotando literalmente a Caixa, com a única intenção de vendê-la.

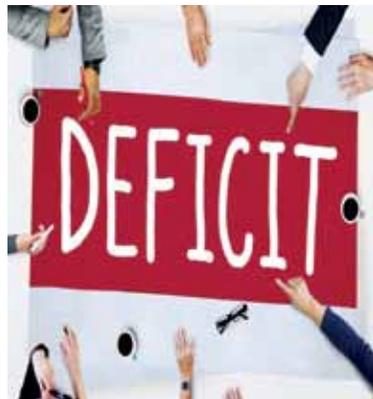


FUNCEF esconde dados reais dos participantes

Enquanto FUNCEF e Caixa não discutirem com seriedade a situação deficitária do fundo de pensão, os participantes serão os principais prejudicados. A Fundação continua a agir sem transparência, na tentativa de esconder a verdadeira situação do plano de previdência dos empregados da Caixa. Mantém silêncio sobre as perdas obtidas por conta do contencioso gerado pelo banco. Também nada revela sobre o equacionamento do déficit do REG/REPLAN Não Saldado referente a 2015.

O valor inicial para equacionar era de R\$ 929,4 milhões, aprovado no fim do ano passado. Mas, como até agora não

começou a ser pago, em julho deste ano foi atualizado, pulando para R\$ 1,087 bilhão. Ou



seja, são mais R\$ 158,1 milhões.

Como o princípio da paridade prevê que a patrocinadora pague metade do déficit e os participantes a outra metade, eles serão os principais prejudicados. Em números, com a atualização, serão acrescidos cerca de R\$ 79 milhões para serem pagos pelos participantes por longos 237 meses. Tudo isso, se a paridade entre participantes e patrocinadora for respeitada.

Situação pode piorar

O que está ruim, pode piorar para o empregado da Caixa participante do REG/REPLAN Não Saldado. Isso porque, em junho, a Previc questionou a paridade entre participantes e patrocinadora e propôs a assinatura de um Termo de Ajustamento de Conduta que tem como um dos objetivos acabar com a norma no caso de equacionamento no Não Saldado.

A FUNCEF não contou conversa e, mesmo ciente dos riscos para os participantes e para a sobrevivência do próprio fundo de pensão, assinou o documento. A Caixa, maior interessada na mudança, ainda não apresentou avaliação.

Mais uma consultoria

A FUNCEF comunicou a contratação de uma nova auditoria para revisar os mais de 13 mil processos, trabalho que deve começar em janeiro de 2018.

Além de aumentar os custos para os participantes, a diretoria não informa porque aguardou até o fim da gestão para organizar aquele que é o maior fator de déficit dos planos de benefícios. Além disso, não explica o porquê da contratação de uma segunda consultoria. Tem muita coisa escondida.

Metodologia será revisada. Agora...

A FUNCEF vai revisar a metodologia de contabilização do contencioso, no entanto, para variar, não informa como vai fazer isso. As ações judiciais atualmente passam por classificação de risco e a menor parte (3.953) é de perda provável, o que pressupõe a contabilização e o provisionamento.

O maior volume de processos (7.833) e de recursos (R\$ 15,5 bilhões) está nas ações de perda possível (com probabilidade de execução avaliada em 50%).



Há ainda 6.452 processos classificados de perda remota, que envolvem R\$ 186 milhões.

AGECEF-BA marca presença no VI Encontro da ANBERR

A ANBERR (Associação Nacional dos Beneficiários do REG/REPLAN) ingressou com uma ação civil pública contra a FUNCEF, para que seja suspenso o equacionamento do déficit do plano Não Saldado, previsto para começar em dezembro. A informação foi dada pelo presidente da associação, Evandro Luiz Agnoletto, na abertura do VI Encontro da ANBERR, realizado nos dias 25 e 26 de novembro, em Brasília.

Foram dois dias de ricos debates e muitos esclarecimentos. Os diretores da AGECEF-BA (Associação dos Gestores da Caixa), Paulo do Amor Divino e Antônio Messias, marcaram presença. Muitos assuntos sobre o REG/REPLAN estiveram no centro das discussões. A incidência do imposto de renda nas contribuições extraordinárias e a necessidade do ajuizamento de ações

para evitar a cobrança foi tema da palestra do advogado tributário, André Ibanez.

A Operação Greenfield esteve na pauta. De acordo com o procurador federal Anselmo Henrique, até o momento, foram feitas apreensões e bloqueio de bens de mais de 100 pessoas físicas e jurídicas. Ele informou que alguns acordos devem ser feitos em breve, com o objetivo de devolver recursos aos fundos de pensão. O encontro tratou ainda sobre o acordo da Basileia e as mudanças no Saúde Caixa e a reforma da Previdência (PEC 287-A), prevista para ir a votação, em primeiro turno, na Câmara Federal, em 6 de dezembro. Sobre a proposta, é consenso que o governo utiliza o suposto rombo no INSS para alterar profundamente as regras para aposentadoria, impedindo que milhões de brasileiros se aposentem.